



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

172

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO Nº 0191204-1

APELANTE: BANCO ITAÚ S/A

APELADO: CARLOS ANTÔNIO BAPTISTA DOMINGUES DA SILVA

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

REVISOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

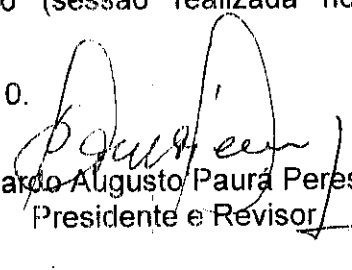
2  
5525

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. PETENSÃO DE REFORMA DO ATO JUDICIAL. I) PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA UNIFORMEMENTE. II) MÉRITO. ABUSIVIDADE NA COBRANÇA NÃO DEMONSTRADA. CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. TAXA DE JUROS ACIMA DO LIMITE DE 12% aa. ADMISSIBILIDADE -- PREVALÊNCIA DO PERCENTUAL PACTUADO NA AVENÇA – RECURSO PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0191204-1, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, de forma unânime, em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide. No entanto, no mérito, decidiram, por maioria, em dar provimento ao apelo para modificar o comando judicial e julgar improcedente a pretensão autoral, no sentido de poder ser aplicado o percentual de juros acima de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do voto do Des. Revisor, constante nos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (sessão realizada no dia 05/01/2010).

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Presidente e Revisor



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

28  
8

173

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 191.204-1 - RECIFE-PE**

**APELANTE: BANCO ITAÚ S/A**

**ADVOGADO: José Carlos Cavalcanti de Araújo PE 002925**

**APELADO: CARLOS ANTÔNIO BAPTISTA DOMINGUES DA SILVA**

**ADVOGADO: Taciano Domingues da Silva PE 009796**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**RELATORIO.**

Tem-se na espécie a controvérsia em cima da decisão judicial singular, (fls. 136/142) que em ação Ordinária de Revisão de Cláusulas Contratuais, julgou procedente o pedido autoral para, admitindo a revisão da relação de reembolso para os desembolsos efetuados em face do demandante, reconhecer como indevidamente cobrado em sua conta corrente a importância de R\$ 56.792,50, quantia esta a ser restituída ao demandante, acrescida de juros legais e correção monetária a partir da data do ajuizamento.

O inconformismo do apelante está disposto às fls.175/190, onde inicialmente levanta a preliminar de NULIDADE DA SENTENÇA afirmando que houve cerceamento de defesa quando o juízo optou pelo julgamento antecipadamente a lide e considerou apenas a planilha do autor/apelado para firmar sua decisão. *No mérito*, argumenta que a sentença estaria nula frente a obrigatoriedade da apresentação do contrato em litígio, o qual serviria para demonstrar quais cláusulas seriam abusivas, bem como a impossibilidade da limitação dos juros ao patamar de 12% ao ano, por ser inaplicável o art. 192 § 3 da Constituição Federal.

Nas contrarrazões foram rebatidas todas as alegações ali expendidas – fls. 194/204.

Os Preparos estão presentes à fl. 191.

É o que de essencial havia a ser relatado.

**À douta revisão.**

Recife, 30 de setembro de 2009.

  
**José Carlos Patriota Malta**  
**Des. Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

174

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 191.204-1- RECIFE-PE**

**APELANTE:** BANCO ITAÚ S/A  
**ADVOGADO:** José Carlos Cavalcanti de Araújo PE 002925  
**APELADO:** CARLOS ANTÔNIO BAPTISTA DOMINGUES DA SILVA  
**ADVOGADO:** Taciano Domingues da Silva PE 009796  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

**VOTO DO DES. RELATOR**

Cuida-se de apelação contra decisão proferida pelo juízo da 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos da Ação Ordinária de Revisão de Cláusulas Contratuais, que julgou procedente o pedido autoral para, admitindo a revisão da relação de reembolso para os desembolsos efetuados em face do demandante, reconhecer como indevidamente cobrado em sua conta corrente a importância de R\$ 56.792,50, quantia esta a ser restituída ao demandante, acrescida de juros legais e correção monetária a partir da data do ajuizamento.

Antes de adentrar ao mérito, ataco a preliminar levantada pelo apelante de *Nulidade da Sentença* afirmando que houve cerceamento de defesa quando o juízo optou pelo julgamento antecipadamente a lide e quando considerou apenas a planilha do autor/apelado para firmar sua decisão.

**PRELIMINAR: NULIDADE DA SENTENÇA.**

Nesta, a apelante alega que a ação do juízo singular em julgar antecipadamente a lide cerceou o seu direito de defesa, bem como quando só considerou a planilha do autor para firmar sua decisão.

Não há como se sustentar esta alegação, frente ao inquestionável entendimento do art. 330 do estatuto de ritos, onde credita ao julgador da causa optar por posicionamento antecipado, logo após a uma avaliação das provas documentais. Estando, pois, o juízo ciente da desnecessidade da produção de provas tendentes ao seu convencimento sobre a pertinência da pretensão deduzida em juízo, passa a optar pelo julgamento antecipado a lide, isto, evidentemente, ciente de que as questões de fato estão clarificadas com as provas apresentadas. Como tudo por aqui se passa.

Assim analisando minuciosamente toda a peça vestibular, percebo que a ação do juízo não merece reproche.

Desta feita, **rejeito a preliminar de cerceamento de defesa**, por ineficácia de seus argumentos.

***É como voto.***

Recife, de setembro de 2009.

  
**José Carlos Patriota Malta.**  
**Desembargador Relator**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

172

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto em revisão é acompanhando o voto do eminente Desembargador Relator pelas razões expostas.

De tal sorte que a Turma está em convergência.

Colho voto.

---

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Acompanho a Turma, rejeitando a preliminar de nulidade da sentença.

---

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA".

---



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

176

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 191.204-1-- RECIFE-PE**

**APELANTE: BANCO ITAÚ S/A**

**ADVOGADO: José Carlos Cavalcanti de Araújo PE 002925**

**APELADO: CARLOS ANTÔNIO BAPTISTA DOMINGUES DA SILVA**

**ADVOGADO: Taciano Domingues da Silva PE 009796**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**MÉRITO:**

O cerne da questão reside na carência de requisitos de legalidade do contrato de empréstimo realizado com o Banco Bradesco, com notório excesso no crédito, em face à aplicação de juros em patamares superiores àqueles determinados pela constituição e pela legislação em vigor.

Seus argumentos não merecem valia, afinal os temas trazidos ao crivo desta câmara, foram enfraquecidos, frente ao que dispõe a Corte Suprema, senão vejamos:

A impossibilidade da limitação de juros ao patamar de 12% ao ano, por ser inaplicável o art. 192 § 3º da Carta Política Nacional encontra-se guardada no fundamento pacífico estampado na *súmula 121 STF* que dita:

***Súmula 121 - STF - É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.***

Sendo a súmula um mero instrumento de trabalho que simplifica o julgamento, a sua simples referência fortalece o julgador em sua fundamentação, assegurando da desnecessidade de repetir os fundamentos que deram margem à tese nela anunciada.

A decisão rechaçada não andou na contramão da jurisprudência pátria afinal está pacificada na *súmula 121 do STF* na conformidade do julgado que a informa, constituindo norma imperativa. Desta proibição (súmula 121 do STF), não estão excluídas as instituições financeiras. A súmula 596 do STF que direciona - *(As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional)*, não afasta a aplicação da súmula 121 do STF, eis que há mansidão na jurisprudência pátria.

Vislumbro nos autos, à fl. 108, no contrato de refinanciamento (confissão de dívida) a apresentação de taxa de juros anual no patamar 79,58 % ao ano, caracterizando a exorbitância na cobrança de juros e contrariando o ensinamento da Corte Suprema, indo além do permitido.

Ora, se neste caso da confissão de dívida o percentual foi neste patamar (79,58% - fl.108), no contrato anterior não se operacionalizou de forma contrária.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRICOTA MALTA

Sendo de clareza solar o entendimento da súmula 121 do STF, que rebate a prática da exorbitância na cobrança de juros, tenho, pois, que admitir o entendimento do juízo singular ao fixar em 12% a aplicabilidade dos juros.

É bem verdade que o § 3º do Art. 192 da Constituição Federal, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, necessitaria, para sua aplicabilidade, da edição de lei complementar. No entanto, os nossos Tribunais copiosamente não permitiram que este argumento se apresentasse como suficiente para que as instituições financeiras, com todo seu poderio econômico, cobrassem, mediante as cláusulas convencionadas juros exorbitantes, prejudicando o cliente, que em relação a instituição é hipossuficiente.

**RE100336/PE-PERNAMBUCO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA Julgamento: 10/12/1984**

**Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação DJ 24-05-1985 PP-01379 EMENTA VOL-01379-03 PP-00488 Juros.**

**Capitalização. A capitalização semestral de juros, ao invés da anual, só é permitida nas operações regidas por leis ou normas especiais, que expressamente o autorizem. Tal permissão não resulta do art. 31, da lei n. 4595, de 1964. Decreto n. 22.626/1933, art. 4. anatocismo: Sua proibição. ius cogens. Súmula 121. dessa proibição não estão excluídas as instituições financeiras. A súmula 596 não afasta a aplicação da súmula 121. Exemplos de leis específicas, quanto a capitalização semestral, inaplicáveis a espécie. Precedentes do STF. Recurso extraordinário conhecido, por negativa de vigência do art. 4. do decreto n. 22626/1933, e contrariedade do acórdão com a súmula 121, dando-se-lhe provimento.**

Vê-se, portanto, que o Supremo Tribunal Federal, já clarificou seu pensamento de forma copiosa, asseverando que a capitalização de juros ainda que *expressamente convencionada está VEDADA* e dessa proibição não se excluem as instituições financeiras considerando que a súmula 596 não guarda relação com o anatocismo (juros sobre juros)

Inquestionável, hoje em dia, é a aplicabilidade do CDC aos contratos bancários, isto porque de acordo com o art. 3º, caput e §2º, do CDC, as instituições financeiras enquadram-se perfeitamente na expressão "fornecedor", visto que prestam serviços de natureza financeira e de crédito. Assim, cabível é a revisão das cláusulas consideradas abusivas possivelmente presentes neste contrato.

*Assim, a luz deste entendimento, não há o que se reformar neste ponto, pois a visão monocrática não vai de encontro ao que se infere nas Cortes Superiores.*

As Cortes Superiores têm em muito discutido sobre a auto-aplicabilidade ou não do art. 192, § 3º, da CF, o qual foi revogado por meio da EC 40/2003.

Antes de adentrar ao mérito da questão, cabe-me fazer o caminho desde o nascedouro dos juros no ordenamento jurídico.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

178

No ano de 1933, foi editado o Decreto 22.626 - Lei de Usura -, o qual preceitua:

**Art. 1º - é vedado estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal.**

Tal dispositivo remonta ao art. 1.062 do revogado Código Civil de 1916, norma que justamente trata da mencionada taxa legal, a saber: 6% ao ano. Desse modo, por simples operação aritmética percebe-se a vedação, nos termos do mencionado decreto, da fixação de juros em patamar superior ao de 12% ao ano.

Ocorre que, em 1964, foi publicada a Lei 4.595, com a finalidade de dispor sobre o sistema financeiro nacional, conforme se depreende de sua ementa - "*dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências*". Nos termos do art. 4º, inciso IX, da Lei 4.595/64, ficou estabelecido que:

"Art. 4º. Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

(...)

IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

(...)"

Pela leitura do referido art. 4º, verifica-se que às instituições financeiras seriam aplicáveis as limitações de taxas de juros impostas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Lei 4.595/64, passou-se a entender que o limite de juros previstos na Lei de Usura não seria mais aplicável às instituições financeiras em observância ao princípio básico da hermenêutica jurídica, segundo o qual lei específica posterior derroga lei geral anterior.

Na esteira de tal entendimento, foi editada, em 15 de dezembro de 1976, a Súmula 596, pelo Supremo Tribunal Federal, inúmeras vezes citada pelos tribunais pátrios:

*Súmula 596 - as disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.*

Por muito tempo aplicou-se indistintamente esta súmula especialmente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, que previa em sua redação original:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

179

*§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar."*

Nem se diga, portanto, que a norma que determina a limitação de juros teria eficácia limitada, em razão de o art. 192, caput, da CF, na sua redação original, prevê que o sistema financeiro seria regulado em lei complementar. É que tal lei complementar viria justamente para delimitar os contornos do sistema financeiro nacional, ressaltando-se, contudo, aqueles pontos sobre os quais já havia suficiente normatividade.

Ressalve-se que o art. 25, I, do ADCT previu expressamente que a partir de **180 dias**, salvo prorrogação por lei, ficariam revogados os dispositivos legais que atribuíssem ou delegassem a órgão do Poder Executivo competência atribuída constitucionalmente ao Congresso Nacional especialmente no que tange a ação normativa. Ora, a Lei 4.595/64 havia atribuído competência normativa, que na atual ordem jurídica cabe ao Congresso Nacional (art. 48, XIII, da CF), ao Conselho Monetário Nacional, órgão do Poder Executivo Federal, uma vez que integrante do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, I, da Lei 4.595/64).

Frente à finalização do prazo de 180 dias proposto na ADCT, o Governo Federal editou diversas medidas provisórias até culminar com a edição da Lei 8.392 de 30.12.91 que prorrogou o prazo para a revogação até a data da promulgação da lei complementar de que trata o art. 192 da Carta Política Nacional.

Com toda essa celeuma acerca da aplicabilidade de juros extorsivos, e na ausência de norma específica que regesse um consenso, e levando-se em conta que a EC nº 40 de 29.05.2003 revogou os termos do § 3º do art. 192 da CF, entendo, que na vigência do Código Civil de 1916, como a taxa legal era de 6% ao ano (art. 1.062) e, em razão, do disposto no art. 1º, caput, do Decreto 22.626/33 - Lei de Usura, que veda a aplicação dos juros superiores ao dobro da taxa legal, *tenho que a cobrança é justa quando chega até o limite de 12% ao ano.*

Segundo o Código Civil de 2002, por sua vez, tem-se que, nos termos de seu art. 591, os juros compensatórios não podem exceder a taxa a que se refere o art. 406 (que serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor).

O Código Tributário Nacional no seu Art. 161 § 1º estabelece o percentual de 1% como sendo a taxa para o cálculo dos juros de mora, quando a lei não dispuser de modo diverso.

***Assim, interpretando-se conjuntamente, Código Civil de 2002 e Código Tributário Nacional, chega-se à conclusão de que o limite de juros permitido pelo direito brasileiro, hoje, para todas as pessoas, inclusive instituições financeiras, permanece no patamar de 12% ao ano.***

À guisa de conclusão, verifica-se que, ante a cobrança de juros abusivos, agiu com acerto o juiz sentenciante quando determinou o limite na cobrança de juros ao patamar de 12% ao ano.

*[Assinatura]*  
06



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

180

A luz destes argumentos **NEGO PROVIMENTO**, a este recurso, para manter intacta a decisão singular em todos os seus termos.

**É como voto.**

Recife, 05 de janeiro de 2016.

*Jose Carlos Patriota Malta*  
**José Carlos Patriota Malta.**  
**Desembargador Relator**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

181

**MÉRITO**

**DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E REVISOR)**

Passo a proferir o meu voto como Revisor e, meu voto, manejando os autos em gabinete, reservei-me para fazê-lo oralmente em sessão.

Gostaria, na verdade, de poder concordar com o voto do eminente Desembargador Relator em sua inteireza, até porque isso seria uma forma de amenizar tantos custos de dinheiros, como dizia o Ministro Neri da Silveira - dinheiros tomados por empréstimos às agências bancárias, instituições financeiras.

Penso todavia, que não se pode, na verdade, confundir, no meu sentir, a questão do anatocismo com juros em patamares superiores aos 12% (doze por cento). É que o juro compensatório, na verdade, pode superar perfeitamente esse patamar de 12% (doze por cento) ao ano e supera sistematicamente até nos créditos, nos empréstimos consignados hoje, através de Caixa Econômica que são os menores empréstimos pela sua certeza do recebimento e fica em torno de 2% (dois por cento), 3% (três por cento) ao mês e, empréstimos outros, de 5% (cinco por cento), no caso do cheque especial, do crédito rotativo, esses patamares sobem para 7% (sete por cento), 8% (oito por cento).

Na verdade, o anatocismo é a capitalização de juros sobre juros e não o percentual estabelecido no contrato e, neste caso, esse patamar está em torno de 6% (seis por cento), não é baixo, é alto o patamar, alto para empréstimos, mas trata-se de operação financeira de empréstimo e que as partes convencionaram livremente um patamar superior aos 12% (doze por cento), não se aplicando o que estava estampado na Constituição de 1988, no art. 192, § 3º, inclusive dito pelo Supremo Tribunal Federal, da sua inaplicabilidade desde o início, por não se saber o que queria dizer aquela expressão dos juros legais, vindo depois a ser modificada pela Emenda Constitucional, no Congresso Nacional.

De tal sorte, que não vislumbro, com a devida vênia, a aplicabilidade das Súmulas 121 e 596 do Supremo Tribunal Federal, que trata da capitalização de juros sobre juros e não do percentual fixado no contrato, inclusive observando-se que, até por permissivo legal, nos contratos de cédula rural e contrato de cédula industrial há uma permissão expressa da própria capitalização de juros.

De tal sorte que esse mecanismo todo dos juros compensatórios, que são os juros remuneratórios de um capital dado a empréstimo, ele se rege pela livre competitividade entre os bancos e as agências financeiras sabendo a quem for tomar empréstimo ou tomar bens financiados, empréstimos para financiamento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

182

de veículos, de casa própria, etc e tal, e procurar as menores taxas possíveis, não confundindo esses juros remuneratórios ou compensatórios com os juros legais previstos no Código Civil, este sim, hoje limitados a 1% (hum por cento) ao mês, salvo se expressamente convencionado a patamar menor.

De tal sorte que, pedindo mil vênias ao eminente Desembargador Relator, meu voto é dando provimento para modificar a sentença de Primeiro Grau, no sentido de reconhecer a possibilidade de cobrança de juros em patamares superiores a 12% (doze por cento).

É como voto, pedindo vênias ao eminente Desembargador Relator, divergindo de Sua Excelência, o que faço rarissimamente, mas neste caso, parece-me que é uma dessas oportunidades, pedindo vênias para votar no sentido contrário ao voto de Sua Excelência.

A Turma está em divergência.

A matéria está em discussão.

---

**DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA**

Presidente, eminente Relator, peço vênias ao eminente Desembargador Patriota Malta, mas acompanho a divergência instaurada pelo eminente Relator Paurá Peres, que entende aplicável, me parece, a Súmula 648 do Supremo Tribunal Federal, entendia que a norma do § 3º, do art. 192 da Constituição foi revogada pela Emenda nº 40 de 2003, limitando a taxa de juros a 12% (doze por cento) ao ano, tinha a sua aplicabilidade condicionada à edição de Lei Complementar.

De modo que, peço vênias para acompanhar a divergência e dar provimento ao apelo, nos termos do voto do eminente Revisor.

É como voto.

---

**DECISÃO**

“NO MÉRITO: POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NO SENTIDO DE MODIFICAR A SENTENÇA E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, NO SENTIDO DE PODER SER APLICADO O PERCENTUAL DE JUROS ACIMA DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. VENCIDO O DES. PATRIOTA MALTA QUE NEGAVA PROVIMENTO AO RECURSO, LAVRAPÁ O ACÓRDÃO O DES. EDUARDO PAURÁ”.